

As teses narrativistas na linhagem anglo-americana da teoria da história¹

Resumo

Com vistas a contribuir para uma maior familiaridade com a linhagem anglófona da teoria da história, este artigo oferece uma exegese do exame narrativista realizado no pensamento historiográfico anglo-americano a partir de meados do século XX, por meio de obras que apresentaram alguns dos questionamentos seminais da filosofia analítica relacionados ao significado dos enunciados e aos esquemas conceituais e lógicos da história. Não se trata, contudo, de propor uma arqueologia da filosofia analítica da história nem de tentar percorrer o itinerário do debate sobre a filosofia da linguagem desde o *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein. Busca-se, mais precisamente, oferecer uma apresentação breve de alguns debates teóricos que antecederam o que se convencionou denominar *linguistic turn*, enumerando as linhas gerais de seus autores e argumentos determinantes, com o objetivo de ajudar a tornar a tradição anglófona do pensamento teórico acerca da história mais familiarizada no Brasil. Para isso, descreve-se o contexto e a distinção da teoria da história de linhagem anglófona e da teoria da história da linhagem francófona, para, em seguida, explicar como a crítica à tese de Carl Gustav Hempel ajudou a promover reflexões que redundaram nas teses narrativistas que precederam as obras de Louis Mink e de Hayden White. Demonstra-se, assim, a existência de um interesse progressivo de filósofos analíticos pela teoria da história e, como resultado da consolidação de tal interesse, o estabelecimento de um contexto propício ao florescimento das teses narrativistas.

Palavras-chave: Teoria da História. Filosofia Analítica. Narrativismo. Virada Linguística.

Para citar este artigo:

GONÇALVES, Sérgio Campos. As teses narrativistas na linhagem anglo-americana da teoria da história. *Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 10, n. 24, p. 64 - 87, abr./jun. 2018.

DOI: 10.5965/2175180310242018064

<http://dx.doi.org/10.5965/2175180310242018064>

¹ Este artigo é resultado do projeto de pesquisa “Teoria Literária & Teoria da História”, desenvolvido na Universidade de Stanford (Estados Unidos da América – EUA), em 2012-2013, com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), sob a supervisão de Marília Librandi Rocha – aos quais o autor é grato.

Narrativist theses in the Anglo-American lineage of theory of history

Abstract

In order to contribute to a greater familiarity with the Anglophone lineage of theory of history, this article provides an exegesis of the narrative examination carried out in Anglo-American historiographical thought from the mid-twentieth century on, by means of works that posed some of the seminal questions of analytic philosophy related to the meaning of utterances and to the conceptual and logical schemes of history. However, it does not consist in proposing an archeology of the analytical philosophy of history or trying to follow the path of the debate on philosophy of language since Wittgenstein's *Tractatus Logico-Philosophicus*. We seek, more precisely, to offer a brief presentation of some theoretical debates that preceded what has been termed as *linguistic turn*, enumerating the general lines of their authors and decisive arguments, with the aim of help making the Anglophone tradition of theoretical thought about history more familiar in Brazil. To this end, the context and distinction of the theory of history of Anglophone lineage and the theory of history of Francophone lineage is described, and then we explain how the critique against Carl Gustav Hempel's thesis helped promoting reflections that resulted in the narrativist theses that preceded the works by Louis Mink and Hayden White. Thus, the existence of a progressive interest of analytical philosophers in theory of history is demonstrated and, as a result of the consolidation of such an interest, the establishment of a context favorable to the flourishing of narrativist theses.

Keywords: Theory of History. Analytic Philosophy. Narrativism. Linguistic Turn.

1. Linhagens de teoria da história: francófona e anglófona

O contato com a historiografia francesa, notadamente com os *Annales*, marca o perfil do historiador profissional formado no Brasil, com sua influência determinante na fundação da primeira graduação em História, na Universidade de São Paulo (USP), nos anos 1930. Como resultado, tal linhagem francófona do pensamento historiográfico se tornou predominante tanto na formação básica de bacharéis e licenciados em História nas universidades quanto na produção acadêmica. Nesse cenário, no qual a predominância dos *annalistes* se deu inclusive à revelia de outros franceses de fora do círculo dos *Annales*, não é incomum que se fale do célebre debate entre Fernand Braudel e Claude Lévi-Strauss reduzindo-o em função da perspectiva do primeiro, simplificando o debate como se o problema em questão se resolvesse com o argumento da longa duração braudeliana, uma importante chave temporal da interpretação histórica que, entretanto, propaga um silêncio sobre a crítica principal de Lévi-Strauss: que a História produz um sentido totalizante, uma continuidade, que é o sentido do domínio do Ocidente por meio do olhar humanista (cf. BRAUDEL, 2005; LÉVI-STRAUSS, 2003). No entanto, nas últimas décadas do debate acadêmico brasileiro voltado à teoria da história, vale notar que cada vez mais parece haver um contato do pensamento historiográfico com outras fontes de reflexão além da francesa.

Entretanto, ainda que a ampliação do pensamento historiográfico brasileiro para além de sua matriz francófona seja uma tendência relativamente recente, é indisfarçável que a influência da tradição teórica inglesa ou alemã, por exemplo, soem como exceção à regra, já que a historiografia francesa frequentemente figura como uma interlocutora inevitável. Talvez por isso seja comum se deparar com alguma dificuldade de leitura de obras que pensaram a historiografia a partir da perspectiva anglo-americana. Nesse contexto, muitas vezes é sintomática uma interpretação “lugar-comum” do livro *Metahistory*, de Hayden White (1975), que o entende quase exclusivamente como uma tentativa radical de aproximar o discurso do mito e da ficção ao discurso da história. Concebida como uma ameaça à legitimidade da escrita profissional da história, tal leitura de H. White (1975) provocou uma reação cujo

contra-argumento assevera a fidelidade da escrita profissional da história à veracidade, cuja objetividade e correção seriam garantidas pela crítica e verificação da autenticidade das fontes e pelo rigor científico de embasamento teórico-metodológico, mas que frequentemente ignorou que a tese central de Hayden White afirma que tanto a história quanto a ficção são produzidas a partir do arsenal cultural de que dispõe quem escreve a história. Ou dito de outro modo: que a história trata de eventos reais por meio das formas narrativas vigentes em uma cultura, as quais são, inclusive, compartilhadas pela ficção.

Não se trata, no entanto, de tentar explicar melhor a obra de Hayden White, mas de inferir que o historiador formado sob a quase exclusiva influência da linhagem teórica dos *Annales* pode tender a ler sua obra com as questões em mente que aprendeu com os *Annales*, e não a partir das perguntas que a tradição historiográfica anglo-americana procurava responder quando Hayden White escreveu *Metahistory*. São tradições teórico-historiográficas distintas.

De acordo com Luiz Costa Lima (1989, p. 19-20), o interesse por teorizar a história surge após a difusão de sinais de crise da razão moderna, “seja no modo de compreender um certo objeto (crise em uma disciplina), seja no lidar até com o próprio cotidiano (crise de um paradigma)”. Tal crise, ao ser sentida na história, teria provocado o incremento de uma busca nostálgica de retorno ao modo de escrita da história do século XIX, “como uma tentativa de privilegiar um modo de fazer história menos dependente de recursos sofisticadamente abstratos, como o das curvas estatísticas e dos métodos quantitativos”. Essa seria a origem comum das teses narrativistas, as quais, no entanto, teriam se desdobrado em caminhos distintos na linhagem francesa e na linhagem anglo-saxônica².

No lado francês, os *annalistes* propuseram uma mudança significativa na produção historiográfica sem comprometer seu estatuto de cientificidade. Lima (1989, p. 19-42) argumenta que isso é possível de identificar na crítica à história positivista de

² Apesar da historiografia germânica também se distinguir da linhagem da francesa nesse aspecto, este artigo tem a pretensão de dar conta apenas da linhagem anglo-americana. Para uma leitura mais ampla, cf. Malerba (2016).

Lucien Febvre e à história factual, a qual buscou manter o estatuto de cientificidade mesmo ao afirmar que os fatos são construídos, mesmo se fundamentando na figura do historiador enquanto “o interpretador”, apoiada em uma noção difusa de ciência, sem reflexão epistemológica. Essa concepção estaria presente não apenas em Bloch e em Braudel, mas seria uma constante que perpassou a primeira, a segunda e a terceira geração dos *Annales*: todas negam a insuficiência do fato e trocam-no pela problematização do objeto para, com isso, manter a meta da efetividade científica.

Enquanto isso, no lado da teoria da história anglófona, a discussão fez um caminho diferente para chegar à tese narrativista: a discussão em inglês debate diretamente o estatuto da história como ciência. Se a questão da narrativa na frente anglo-saxônica, de fato, parte do exame de um modelo explicitamente científico da história, não é por acaso que o primeiro número da revista *History and Theory* contém o célebre artigo no qual Isaiah Berlin (1960) se pergunta sobre o motivo de haver um insistente desejo de encarar a história como ciência. Sua primeira resposta afirma que isso se deve à força do senso comum, o qual tem o mito da ciência como garantia de progresso e o mito da história como constitutiva do sentido de trajetória, que se soma à promoção de causas e efeitos e, que ao fim e ao cabo, sustenta a presunção dos historiadores de trabalharem em (ou por) uma ciência. Isaiah Berlin também acrescenta a observação de que o fato do objeto da história ser inconstante é o que explica sua diferença em relação ao modelo da ciência natural e que essa diferença seria a razão para a impossibilidade do ideal oitocentista de uniformidade científica. Conclui, assim, que a História não pode ser uma ciência porque o modelo de ciência vigente lhe é inadequado. Como explica Lima (1989, p. 40-42), é essa concepção da inadequação da história em relação ao modelo de ciência que determina o contexto do surgimento das teses narrativistas no lado anglófono: o artigo de Berlin é exemplar da diferença entre as preocupações e abordagens da linhagem teórica anglo-americana em relação à linhagem teórica francófona³.

Assim, para fomentar maior familiaridade com a linhagem anglófona da teoria da história, este artigo oferece uma breve apresentação de alguns debates teóricos

³ Ver também Cherniss (2012).

que antecederam o que se convencionou denominar *linguistic turn*, enumerando algumas das linhas gerais de seus autores e argumentos determinantes que promoveram questionamentos seminais relacionados ao significado dos enunciados e aos esquemas conceituais e lógicos da história. Longe de pretender tratar de cada analista em profundidade ou de mapear as influências de um sobre o outro, o objetivo é bem mais humilde: mostrar evidências da existência de um interesse progressivo dos filósofos analíticos na teoria da história e, como resultado da consolidação de tal interesse, o estabelecimento do contexto de florescimento das teses narrativistas. Mais precisamente, trata-se de demonstrar que, no contexto imediatamente anterior à *linguistic turn*, a crítica à tese de Carl Gustav Hempel ajudou a promover algumas das reflexões que redundariam nas teses narrativistas que precederam as obras de Louis Mink e de Hayden White.

2. A lei geral de Carl Gustav Hempel

O assunto do emblemático artigo de Isaiah Berlin não era inédito. Herdeiro do empirismo de David Hume, o qual pressupunha que a história se baseava não em uma interpretação teológica do passado, mas em ações, motivos e causas ordinárias sintomáticas de uma natureza humana fixa. Além disso, era recorrente em meados do século XX a preocupação acerca das características lógicas e epistemológicas da explicação e do conhecimento históricos (cf. LITTLE, 2012).

Uma coletânea organizada e publicada por William Dray (1966), *Philosophical analysis and history*, na qual o artigo de Isaiah Berlin foi republicado, documenta o interesse pela história compartilhado por representantes da filosofia analítica no período, reunindo artigos de “analíticos” datados desde 1933 até 1965. A introdução da coletânea avisa ao leitor que o tema da obra é “a descrição filosófica da historiografia: o exame de seus conceitos, pressupostos, métodos e modos de argumentação”, em torno do qual orbitariam pelo menos quatro preocupações:

1. A estrutura lógica das explicações históricas, sobretudo a respeito de suas leis gerais indispensáveis;

2. A questão da objetividade das conclusões históricas, considerando o julgamento de historiador;
3. A natureza da análise causal na história, em vista da distinção que os historiadores comumente traçam entre as “causas” e as “condições”; e
4. A natureza individual da história, sua unidade fundamental de estudo, que levanta a questão da relação entre as declarações do historiador sobre as ações de indivíduos e o papel de nações, classes, movimentos e instituições.

A maior questão filosófica da história mencionada na introdução seria sobre “o significado de sua construção narrativa”, sobre a qual o leitor é avisado de que se trata de “uma das maiores divisões fundamentais entre os filósofos que escreveram sobre a questão histórica”, oscilando entre aqueles que negavam qualquer diferença entre a lógica conceitual e estrutural da história em relação à estrutura das ciências naturais e aqueles que denunciavam a existência de uma diferença incontornável (DRAY, 1966, p. 1-4). A coletânea procura fazer um balanço entre tais perspectivas, as quais, daí em diante, tornar-se-iam cada vez mais presentes nos números da revista *History and Theory*.

Para o propósito deste artigo, não é necessário retomar cada texto reunido na coletânea de Dray (1966). Basta apontar que a maioria de seus capítulos possui como denominador comum uma reação a Carl Gustav Hempel, então conhecido como o principal proponente da teoria da “lei geral” (*covering law*) da explicação acerca dos elementos básicos da teoria da ciência (cf. AGUIAR, 2005). No que diz respeito à explicação da história, talvez seja possível simplificar a tese central da “lei geral” do seguinte modo: no mínimo, alguma lei sempre está implícita em toda explicação histórica, de modo que, quando a requerida lei é afirmada explicitamente, a explicação histórica é sancionada como uma explicação completamente científica.

Publicado em 1942 no *Journal of Philosophy*, o artigo “The functions of general laws in history”, de Hempel, foi o ponto de partida das teses narrativistas anglo-americanas envolvidas com a renovação do interesse sobre a história na então chamada filosofia analítica da história, da qual a coletânea de Dray (1966) é exemplar: Hempel estimulou o interesse dos filósofos analíticos sobre o conhecimento histórico ao provocar sua reação. Sua teoria geral do conhecimento científico sustentava que

toda explicação científica requer uma classificação sob leis gerais (cf. FETZER, 2012). Entretanto, ao notar que a explicação histórica era frequentemente entendida como uma exceção ao modelo da ciência, Hempel concentrou esforços para mostrar que o modelo das leis gerais das explicações científicas é compatível até com o caso especial da história, sob o argumento de que as explicações históricas válidas, em grande medida, invocam leis gerais tanto quanto as outras explicações científicas. Sua concepção se baseia na presunção de que há uma unidade da ciência e no postulado de que há uma lógica similar que regula todas as áreas do conhecimento científico, cujo modelo é a explicação das ciências naturais.

O argumento de Hempel (1942, p. 45) é de que “na história, como em qualquer outro lugar na ciência empírica, a explicação de um fenômeno consiste em subsumi-la sob leis empíricas gerais”; e, assim, o critério de validade não dependeria da “explicação ter apelo em nossa imaginação, de ser apresentada por meio de analogias sugestivas, ou de ser, ao contrário, feita para aparentar-se plausível”. Tudo isso, observa, também poderia ocorrer em pseudoexplicações. O critério de validade dependeria exclusivamente do fato da explicação repousar sobre suposições empiricamente bem confirmadas no que diz respeito às condições iniciais do fenômeno e às leis gerais. Para Hempel (1942, p. 45), as explicações que, de fato, são oferecidas na história consistiriam em duas possibilidades: ou em subsumir o fenômeno em questão sob uma explicação científica ou esquema explicativo ou em uma tentativa de subsumi-los sob alguma ideia geral que aparece como constante em testes empíricos. Hempel (1942, p. 47) observa, ainda, que:

[...] pode ser útil mencionar aqui que aquelas hipóteses universais às quais os historiadores explicitamente ou tacitamente se referem ao oferecer explicações, previsões, interpretações, julgamentos de relevância, etc., são obtidas de vários campos da pesquisa científica, na medida em que elas não são generalizações pré-científicas da experiência cotidiana. Muitas das hipóteses universais que dão base a explicações históricas, por exemplo, poderiam comumente ser classificadas como psicológicas, econômicas, sociológicas, e parcialmente talvez como leis históricas; além disso, a pesquisa histórica frequentemente tem lançado mão de leis gerais estabelecidas na física, na química e na biologia.

Desse modo, defende Hempel (1942, p. 48), seria fútil e inútil tentar demarcar as divisões em relação aos diversos ramos da pesquisa científica, pois a necessidade da pesquisa histórica usar hipóteses universais, proveniente de outras áreas, seria apenas um dos aspectos do que poderia ser denominado “unidade metodológica da ciência empírica”. Em outro texto publicado vinte anos depois, Hempel (1966, p. 123-124) reitera essa ideia ao afirmar que a natureza do entendimento é basicamente a mesma em todas as áreas da pesquisa científica.

3. As teses narrativistas

O artigo de Hempel (1942) se tornou emblemático, entre outros fatores, porque foi um catalisador das teses narrativistas anglo-americanas, notadamente no contexto da busca pela adequação da história à exigência científica que, nos anos 1960, era uma tendência nos departamentos das Ciências Sociais nos Estados Unidos. Em reação à tese de Hempel, outras vozes se levantaram para entrar no debate, em geral postulando que o modelo de ciência vigente era inadequado à história, como faria Berlin (1960) ao inaugurar a revista *History and Theory*. De acordo com Lima (1989, p. 42), o enunciado proveniente de uma figura com o prestígio acadêmico de um Hempel, aliado à influência neopositivista que então abarcava as Ciências Sociais, sobretudo na universidade norte-americana, impunha aos interessados no estatuto da história respostas bem mais diretas do que aquelas oferecidas pelas reflexões da escola dos *Annales*:

[...] se, para estes, o avanço da reflexão e das técnicas operacionais da escrita da história ainda se podia cumprir pela oposição a um positivismo já genericamente desacreditado, no caso inglês e norte-americano era o próprio postulado da cientificidade que precisava ser enfrentado.

Esse ambiente de reação à tese de Hempel deu fôlego ao surgimento de teses narrativistas, entre as mais notáveis, nos trabalhos de Walter Gallie, Morton White, William Dray e Arthur Danto.

3.1 Walter Bryce Gallie

Como Hempel (1942, 1966), Gallie (1939, 1949) estava atento ao assunto da causalidade no conhecimento, cuja questão cada vez mais se apresentava por meio de uma reflexão sobre a história e a narrativa. Seu modo de pensar a cientificidade do conhecimento era indisfarçavelmente ligado ao pragmatismo, evidente em sua compreensão de que o que torna um assunto “científico” seria o fato de ele ser “verdadeiramente” aclamado como científico, ou seja, aceito por uma tradição científica. Para Gallie (1957, p. 139), isto é verificável quando observamos a história da ciência de uma maneira “verdadeiramente” histórica, de modo a revelar sob quais novos fundamentos os resultados, métodos, abordagens etc. têm sido ou estão sendo aceitos dentro de uma tradição científica.

Como resultado, tal perspectiva acabou por conceder à narrativa histórica um lugar privilegiado entre os assuntos da filosofia analítica, pois tornou a compreensão histórica uma chave interpretativa para pensar o próprio conhecimento. Não por acaso, Gallie (1963, p. 201) dizia que, provavelmente, a causa mais importante e interessante para a total reformulação de narrativas, “e desse modo para a proposição de explicações históricas ambíguas e complicadas”, seria o fato da passagem do tempo forçar os homens a se ocuparem de perto “com certas características de um período particular o qual estava sem o significado definido para aqueles que viveram nele”, pois, nesse caso, o historiador iria tentar trazer “a característica em questão” sob um número de generalizações que nunca haviam sido aplicadas antes. Desse modo, segundo Gallie (1963, p. 202), fornecer uma explicação significaria “justificar uma reorientação de uma consideração histórica, com consequentes novos ordenamentos e generalizações de fatos conhecidos, e com a introdução de novos métodos de abordagem e novos tipos de hipóteses”.

Até então dispersas em periódicos, tais reflexões sobre a compreensão narrativa do conhecimento apareceram em conjunto e de modo mais organizado no livro *Philosophy and the historical understanding*, no qual Gallie (1964) tratou de reavaliar as bases da disciplina da história: para o filósofo, o desafio seria reconsiderar a natureza e a relevância do conhecimento histórico. De modo geral, os cinco

primeiros capítulos procuram oferecer uma explanação sobre o tipo de entendimento que deve ser atribuído ao conhecimento histórico, em contraste com o conhecimento “natural” ou “científico”, rejeitando a tendência geral que na época compreendia o conhecimento histórico em termos de um sistema quase metafísico – fosse científico ou positivista. Walter Gallie acusava a filosofia clássica de ser exageradamente comprometida com a preocupação grega acerca do conhecimento de verdades universais e, nessa esteira, também criticava o comprometimento moderno com o idealismo alemão e seu descendente, o “historicismo”, sob o argumento de que a primeira tendência colocava o conhecimento histórico no reino da trivialidade, enquanto o último o glorificava. Motivado por tais reflexões, Gallie procurava corrigir tal situação: daí a filosofia contemporânea da história ser criticada não somente porque ela teria admitido tal paradoxo, mas porque ela teria mantido a tendência de confundir a delimitação ou demarcação do conhecimento histórico com sua justificativa ou defesa⁴. Para Gallie (1964, p. 20), a delimitação é logicamente anterior à justificativa e o fato mais importante sobre as narrativas históricas, em suas palavras, “é que nós acreditamos que elas repousam sobre evidências [...] de algum tipo”.

A perspectiva de Gallie (1964, p. 22) pressupõe uma relação entre duas palavras-chave que não encontra correspondência em português: *story*, “uma descrição de sequências de experiência envolvendo pessoas reais ou imaginárias em um predicamento o qual demanda pensamento e decisão urgentes”; e *history*, “o estudo de qualquer passado das ações humanas na medida em que é compreendido por meio de sua interconectividade com outras ações de especial interesse para uma comunidade”. Walter Gallie compreende a *history* como um tipo de gênero da *story*, sendo a narrativa o modo de explicação que opera pelo encadeamento de causas. A narrativa seria o veículo do que Gallie (1964, p. 23) denomina “entendimento histórico”, representado por relatos e explicações. Em sua concepção, as narrativas operam por meio de uma “condição necessária”, isto é, a narrativa provê e garante “a principal condição da continuidade lógica em qualquer *story*”, ao fornecer a “textura lógica” ou o “fundamento de inteligibilidade” (GALLIE, 1964, p. 26) – tal doutrina

⁴ A esse respeito, ver a resenha assinada por Derfer (1966, p. 162).

parece ser remanescente de seu trabalho inicial sobre as ditas similaridades entre as explicações na história e nas ciências “naturais”.

Nessa perspectiva, a ideia da narrativa histórica se apresenta como um antecedente lógico de quase todas as questões da crítica da filosofia da história. O pensar “historicamente” seria sempre um ato consciente que envolve atividades propositais; como resultado, a história se produziria sempre a partir de um controle consciente do estudo sobre as mudanças na vida humana. Com isso, o objetivo de Walter Gallie é atestar que a explicação histórica do historiador não deve ser entendida nos termos de um modelo deducionista. Este, como em geral o sistema metafísico, deveria dar lugar a um modelo pragmático que fosse capaz de dar conta da explicação histórica como um complemento necessário para o desenvolvimento de uma narrativa. Afinal de contas, para Gallie, a explicação histórica não é o objetivo final ou a marca da história, mas o contexto da narrativa é que faria isso ser notável.

3.2 Morton White

A questão acerca da explicação também está no centro da análise lógica da história oferecida por M. White (1943b, p. 212-221), segundo o qual a explicação histórica se distingue de todos os outros tipos de explicação porque ela envolve necessariamente uma referência ao passado – considerando, como pré-requisito, que a explicação narrativa da história também se distingue de uma mera crônica, pois, por princípio, esta essencialmente não requer asserções causais em cadeia, como a história.

Sua compreensão sobre o que ele denominava “a lógica da narração histórica”, contudo, revela que M. White rejeitava apenas parcialmente a tese da lei geral, concordando com o que considerava “essencial” em Hempel. Ao se perguntar sobre a especificidade da explicação histórica, ou, mais precisamente, sobre como se define o paradigma lógico da explicação histórica, M. White (1943b, *passim*) esforçou-se para argumentar em favor da existência de possibilidades de validade da teoria da lei geral, observando, no entanto, que a definição da explicação da história em termos do uso

de leis temporais se dá apenas a partir da adoção de um critério amplo. Isso, defende, estaria evidente nas leis que consideramos pertencentes ao ramo das ciências naturais, as quais hoje são adotadas e consideradas corretas, mas que não há impedimento para que também possam ser chamadas de históricas. Entretanto – e felizmente para seus leitores –, atento à possibilidade iminente de confusão em sua reflexão, M. White se preocupa em reordenar sua linha de raciocínio, para evitar que de sua análise resulte a afirmação de que uma explicação possa ser ao mesmo tempo mecânica e histórica: procurando uma resposta satisfatória para o contraste da explicação histórica em relação à explicação mecânica, ou física ou biológica, M. White se questiona sobre qual princípio seria responsável por determinar a qual tipo uma explicação pertence, e a resposta que encontra é que tal distinção se dá com base no emprego de termos técnicos essenciais nativos da ciência em questão. Isto é, a ocorrência de palavras circunscritas a um vocabulário técnico atestaria o pertencimento da explicação, por exemplo, à química, à matemática etc. No entanto, M. White observa que esse critério não se mostra satisfatório quando se trata da história, pois ele permite que muitas explicações possam ser chamadas de “históricas”, haja vista que a história, em oposição a todas as outras ciências, não possui termos técnicos específicos – todos os quais teriam chegado à história por empréstimo, como, por exemplo, seria o caso do termo “revolução”, normalmente pertencente à sociologia⁵.

A associação entre M. White e a tese da lei geral de inspiração hempeliana é bastante explícita em seu livro *Foundations of historical knowledge*, de 1965, no qual é evidente a tentativa de reabilitar e defender a visão empiricista tradicional de que, em princípio, não há diferença entre a explicação na história e a explicação nas ciências naturais. Apesar de sua argumentação se desdobrar em vários tópicos, como o papel dos julgamentos de valor ou das afirmativas da lei na história, o que de fato dá o tom da fala de M. White (1965, p. 221) nessa obra é sua preocupação sobre a causalidade na “lógica narrativa” ou “lógica da narração histórica”. Em sua concepção, a narrativa explicativa estrutura um ideal a partir do qual se torna possível o entendimento

⁵ Acerca do tema, ver também M. White (1943a, 1945).

histórico do modelo de um encadeamento causal. Isso é verificável na principal conclusão de suas reflexões sobre a lógica narrativa da histórica: a eficácia explicativa de uma narrativa está inteiramente nas conexões causais que ela traça.

De acordo com M. White (1965, p. 231), o que faz de uma narrativa uma *história* de certo assunto é a reivindicação de ela ser composta, em primeira instância, de fatos “básicos” de um assunto, os quais foram selecionados de acordo com os princípios apropriados de interesse e importância. Assim, os fatos básicos da história dos EUA seriam, por exemplo, a Revolução, a Guerra Civil, a Primeira Guerra Mundial, a Depressão, a Segunda Guerra Mundial. A narrativa se estrutura a partir desses elementos centrais, enquanto que os outros fatos escolhidos para compor a narrativa histórica seriam “derivativos”. Assim, uma narrativa histórica é explicativa apenas se oferecer uma explicação causal. O que pode ser dito de outro modo: a explicação é essencialmente causal na narrativa histórica.

3.3 William Dray

Voltamos ao nome do canadense William Dray, um crítico persistente das tendências positivistas. No livro *Laws and explanation in history*, Dray (1957) refutou a tese da “lei geral”, que denominava *covering law model*, de que a história é analítica e que, assim, ela poderia ser explicada nos termos de leis gerais. Seu principal argumento sustentava que o modelo de explicação usado nas ciências naturais é inapropriado para as ciências humanas. O prefácio estabelece que o objetivo da obra é oferecer uma discussão “da estrutura lógica da explicação como ela é ordinariamente apresentada na escrita da história”, avisando ao leitor que a reflexão lida especificamente com o problema ou com a noção de que a explicação na história requer o conhecimento de leis. Para Dray, é inaceitável a visão de que existe uma relação entre lei e explicação⁶.

⁶ Na verdade, Dray foi além e chegou a considerar que a reconstrução racional do passado é algo incorreto. A esse respeito, ver Danto (1958).

William Dray respondeu diretamente a Hempel. No livro, Dray se revela preocupado com o fato dos filósofos da história de sua época, em geral, concordarem com uma teoria geral da explicação segundo a qual se alcançava a explicação se, e somente se, subsumindo o que está para ser explicado sob uma lei geral. Observa que a tese de que haveria uma estrutura básica de todas as explicações, a qual muitas vezes era referida como uma “análise de regularidade”, deve-se justamente “ao uso” da noção de que os casos ou objetos de estudo manifestam, em suas particularidades, as propriedades de uma lei que, em última instância, rege-os. O principal alvo é Hempel, a quem Dray (1957, p. 3) acusa de ser o responsável por generalizar o modelo da lei geral para além de sua forma causal estrita e, também, por se empenhar em mostrar de maneira mais detalhada como o modelo poderia ser aplicado com sucesso aos casos históricos. O “cientismo de Hempel”, segundo Dray, apareceria em sua forma mais sólida na dicotomia que ele traçou entre a *explicação científica* e a *pseudoexplicação*. Qualquer dita explicação, na concepção de Hempel, acusa, deve ser ou uma ou outra: como resultado, quando Hempel leva os casos históricos em consideração, as únicas peculiaridades que ele encontra se reduziriam à questão de precisão ou articulação à lei geral (DRAY, 1957, p. 4). Contra o tal “cientismo” hempeliano, Dray argumenta que uma descrição (*account*) útil da lógica da explicação na história requer mais do que um mero “relaxamento” do modelo da lei geral. Seria preciso ir além de recorrer a uma versão moderada do modelo hempeliano, pois, dizia, esse modelo é enganador e deveria ser abandonado.

Como alternativa, Dray propunha um modelo de explicação racional que se traduzia em uma espécie de “historiografia humanisticamente orientada”, segundo a qual a força explicativa das explicações históricas era proveniente das apreciações ou avaliações normativas, ou, ainda, variável de acordo com o que denominou “princípios de ação”. Em uma simplificação, talvez seja possível dizer que Dray, na esperança de evitar a objeção naturalista padrão, reabilitava a noção idealista de “entendimento empático”, dado que tal entendimento não seria suscetível ao controle empírico. Na melhor das hipóteses, a explicação seria um dispositivo heurístico para descobrir hipóteses explicativas possíveis. Tanto para Dray quanto para Hempel, a história, em

essência, é explicativa e não descritiva. Porém, apesar dessa convergência, a principal controvérsia a respeito da explicação histórica das ações humanas se resumia, à época, à alternativa entre os dois modelos de explicação, o modelo da lei geral formulado por Hempel e o modelo racional formulado por Dray, sendo a “historiografia humanisticamente orientada” deste último a que encontrou maior apelo entre seus historiadores contemporâneos (cf. LEACH, 1966, p. 61).

Aos vinte anos da publicação de seu livro, por meio do artigo “On the nature and role of narrative in historiography”, Dray (1971) voltou a colaborar para a ampliação do interesse acerca da “lógica” da história a partir do estudo da narrativa. O exame da narração, observava, era central para a análise da história como uma forma de pesquisa ou um tipo de conhecimento, como vinha sendo feito pelos filósofos analíticos. Porém, mais do que isso, Dray buscou mapear o que era dito no debate contemporâneo entre as chamadas teses narrativistas: afirmavam, dizia, que “a história é simplesmente narrativa, ou essencialmente narrativa, ou que a história contém alguns elementos narrativos, que a história narra”. Segundo Dray, também era comum afirmarem que “é através da narrativa que os historiadores alcançam o que é especificamente histórico sobre o entendimento histórico, ou que as explicações históricas têm sua estrutura distinta em razão de suas ocorrências se darem no curso de narrativas históricas”; ou afirmar que “as narrativas podem, elas mesmas, serem explicativas de um modo especial, ou que a narrativa em si é um modo de explicação, se não de fato autoexplicativa” (DRAY, 1971, p. 153). Declarações desse tipo, na interpretação de Dray, teriam feito aumentar o interesse de esclarecer a “lógica” da história narrativa.

3.4 Arthur C. Danto

Arthur Danto também ofereceu um mapeamento do cenário de debate sobre o conhecimento histórico, não por coincidência por meio de uma resenha ao citado livro de Dray, no qual sintetizava que o problema da explicação histórica, “conforme os

analistas filosóficos dos dias de hoje entendem”, era gerada possivelmente a partir de três proposições:

(a) Todas as explicações requerem o emprego de leis gerais; (b) Os historiadores explicam certos eventos; e (c) os historiadores não requerem o emprego de leis gerais em tais explicações. Isoladamente, cada uma dessas proposições parecem suficientemente verdadeira. Mas elas não podem ser conjuntamente verdadeiras, na medida em que a verdade formada de qualquer par determina a contradição da outra restante. O problema, conseqüentemente, é então reafirmar tais proposições de forma a torná-las compatíveis. E os filósofos contemporâneos da história podem ser classificados nos termos de sua preferência para as acomodações.

Há duas principais posições. Primeiro, certos filósofos afirmarão (a), mas irão reclamar que apenas as ciências naturais explicam eventos. Os historiadores “compreendem” os eventos ao invés de explicá-los, e os eventos em questão são ontologicamente insubordinados à explicação no sentido requerido. Outros filósofos insistem que (a) é analítico, e que os eventos históricos podem de fato ser explicados em termos de leis gerais. Se os historiadores falham em empregar tais leis, isto pode ser devido à trivialidade ou à complexidade das leis, mas *alguma* lei sempre está implícita em toda explicação histórica. E quando a requerida lei é afirmada explicitamente, a explicação histórica será creditada como uma explicação científica em sentido amplo (DANTO, 1958, p. 298, tradução nossa).

Em seu livro de 1965, *Analytical philosophy of history*, Danto observava que a problemática da explicação histórica surgia da inconsistência de tais proposições⁷. Entretanto, além de enumerar as formas mais comuns de compreensão da questão à época, Danto (1965) procurou estabelecer que a definição de que uma narrativa histórica é explicativa apenas se oferecer explicação causal. Isto é, em sua acepção lógica, a explicação causal é um fator gerador para a narrativa.

Se toda história pressupõe a narrativa, de acordo com Danto (1965, *passim*), a forma da história-enredo (*story*) fornece ao historiador um esquema organizacional do mesmo modo que o teórico fornece um ao cientista (DANTO, 1965, p. 137, 142) – ainda que o contexto discursivo do cientista seja diverso. Assim, a narrativa seria uma forma de explicação (DANTO, 1965, p. 141, 251) e, ao mesmo tempo, “um modo de organizar as coisas” que opera por agrupamento, seleção e ordenação dos elementos em função de um encadeamento causal (DANTO, 1965, p. 140); dito de outro modo: é uma estrutura imposta aos eventos. Conforme a leitura da obra avança, a rede de causalidade ganha uma importância cada vez maior na linha de raciocínio de Danto (1965) a respeito da

⁷ O assunto também está sob exame no texto de Donagan (1967).

questão da narrativa histórica. Danto (1965, p. 134) dizia que “se um evento primeiro não é significativo com respeito ao último evento de um enredo/história (*story*), ele não pertence à história/enredo (*story*)”, e acrescentava que “toda narrativa deve esclarecer alguma consequência de certos eventos” (DANTO, 1965, p. 138). Esse caminho leva Danto (1965), no capítulo XI, a atestar que o que faz da narrativa histórica uma explicação é propriamente a ordenação causal que ela contém. Pois, por meio da narrativa, o que o historiador explica não é o evento ou o estado final, mas o processo de mudanças no qual ele termina. Para Danto (1965, p. 235, 237), a questão causal é, em si, geradora da narrativa⁸.

Em outras palavras, o historiador descreve os eventos colocando-os dentro de um enredo ou uma narrativa apropriada, na qual suas relações com outros eventos são explicitadas. A narrativa sobrepõe uma estrutura aos eventos agrupando-os de acordo com algum critério de relevância. Porém, não um critério qualquer, dado que as narrativas dos historiadores, diferente das histórias ficcionais (*stories*), seriam sustentadas por evidência documental. Imediatamente, a descrição narrativa entra em cena quando descrevemos uma explicação, pois o que explicamos é uma mudança. Afinal, chamar algo de mudança seria logicamente se referir a algum estado prévio no qual o assunto/matéria/objeto da mudança foi diferentemente qualificado. A narrativa, desse modo, seria uma história (*story*) de como essa mudança se deu, na qual a maneira em que descrevemos seu início é determinada pelo fim (cf. WEINGARTNER, 1967; GALE, 1968).

Considerações finais

A problematização duradoura da história na filosofia analítica – que este artigo menciona seletiva e sumariamente – pavimentou o caminho para o estabelecimento de uma linhagem de pensamento dentro da qual, cada vez mais, surgiram teses preocupadas com o estudo da narrativa. Uma das marcas dessa tradição teórica, o debate sobre o conhecimento histórico, seu modo de explicação narrativo e sobre a adequação ou inadequação da história ao modelo tradicional de ciência, continuou em pauta por meio

⁸ Essa obra foi republicada dentro de outro livro, *Narration and knowledge* (DANTO, 1985), que reúne artigos de Danto relacionados ao assunto. Cf. Danto (1954, 1958, 1962, 1966, 1973, 1982).

da reflexão de outros estudiosos, como Louis Mink e Hayden White⁹, aos quais frequentemente se atribui a responsabilidade pela *linguistic turn* na filosofia da história.

Um antecessor de Hayden White, via de regra menos conhecido entre os historiadores brasileiros, Louis Mink disse certa vez que seu interesse em tentar levantar a problemática da história, notadamente em perguntar se ela difere da ciência, não se devia ao fato da história lidar com diferentes tipos de eventos, tampouco porque a história utilizava modelos de explicação distintos do modelo de explicação recebido das ciências naturais, mas porque a história cultivava “o hábito especializado de entendimento que converte um amontoado de eventos em concatenações, e enfatiza e incrementa o escopo do julgamento sintetizado em nossas reflexões sobre a experiência” (MINK, 1966, p. 47)¹⁰.

Essa acepção da história enquanto encadeamento causal foi um passo essencial para o desenvolvimento das reflexões de Mink (1968a, p. 25), cujo amadurecimento levou à observação de que “a história das ideias não é uma cronologia de coisas, mas o enredo do desenvolvimento da consciência”. Mink (1970, p. 557) reiterou essa ideia quando observou que as narrativas não chegavam a ser substitutos perfeitos “para as formas mais sofisticadas de explicação e de entendimento”, do mesmo modo como também não seriam “os primeiros passos de uma reflexão imatura que no seu curso leva ao objetivo científico ou ao conhecimento filosófico”, mas a compreensão que as narrativas buscam são “um ato primário da mente”, concluía. Desse modo, para Louis Mink, a história também seria um ato da mente, um evento da consciência, um instrumento por meio do qual a narrativa compartilha e reflete a experiência da vida, seja no contar a história da História ou a história da ficção.

Ao pairar sobre nomes como os de Walter Gallie, Morton White, William Dray e Arthur Danto, o itinerário deste artigo não tentou mapear as influências cumulativas de um sobre o outro, nem catalogar o quadro total da filosofia analítica¹¹. Procurou, antes de

⁹ Para uma visão geral de sua obra, ver H. White (1966, 1973, 1980, 1981, 1984, 1986), além do conhecido livro *Metahistory* (H. WHITE, 1975).

¹⁰ Complementarmente, ver também Mink (1968b).

¹¹ Para um trabalho acadêmico recente e mais completo escrito em português, ver Telles (2013) e Malerba (2016).

tudo, e apenas, mostrar a existência de uma curva de crescimento da preocupação acerca da história na filosofia analítica, a qual, ao cada vez mais colocar em pauta a problemática da explicação histórica, tornou-se o berço das teses narrativistas, uma teoria da história que ganhou fôlego, sobretudo, desde a reação à tese de Carl Gustav Hempel, e que configura um momento imediatamente anterior ao surgimento do que se convencionou denominar *virada linguística* dentro da linhagem anglófona da teoria da história – uma compreensão teórica distinta em relação ao pensamento historiográfico francófono que figura como a influência predominante na formação de historiadores no Brasil.

O pensamento sobre a teoria da história no Brasil se dá frequentemente a partir da influência de outras tradições historiográficas, notadamente da francófona. Contudo, é importante que uma influência não seja monolítica e nem se torne uma camisa-de-força, uma obsessão teórica. Felizmente, o reconhecimento da necessidade de conhecer mais e melhor outras linhagens de pensamento e outras linhagens da teoria da história parece ser uma forte tendência da produção acadêmica recente. É nessa direção que este artigo procura dar sua contribuição.

Referências

- AGUIAR, Túlio Roberto Xavier de. As simetrias do modelo hempeliano de explicação. **Kriterion: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 46, n. 111, p. 138-152, 2005.
- BERLIN, Isaiah. History and theory: the concept of scientific history. **History and Theory**, Middletown, v. 1, n. 1, p. 1-31, 1960.
- BRAUDEL, Fernand. História e ciências sociais. A longa duração. In: BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CHERNISS, Joshua; HARDY, Henry. “Isaiah Berlin”. In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford encyclopedia of philosophy**. Palo Alto: Stanford University Press, 2012. [s.p].
- DANTO, Arthur C. On historical questioning. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 51, n. 3, p. 89-99, 1954.

DANTO, Arthur C. Laws and explanation in history, by William Dray. **Ethics**, Washington, v. 68, n. 4, p. 297-299, 1958.

DANTO, Arthur C. Narrative sentences. **History and Theory**, Middletown, v. 2, n. 2, p. 146-179, 1962.

DANTO, Arthur C. **Analytical philosophy of history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1965.

DANTO, Arthur C. The problem of other periods. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 63, n. 19, p. 566-577, 1966.

DANTO, Arthur C. Historical language and historical reality. **The Review of Metaphysics**, Washington, v. 27, n. 2, p. 219-259, 1973.

DANTO, Arthur C. Narration and knowledge. **Philosophy and Literature**, Baltimore, v. 6, n. 1/2, p. 17-32, 1982.

DANTO, Arthur C. **Narration and knowledge**: including the integral text of *Analytical Philosophy of History*. New York: Columbia University Press, 1985.

DERFER, George E. Philosophy and the historical understanding (review). **Journal of the History of Philosophy**, Baltimore, v. 4, n. 2, p. 161-164, 1966.

DONAGAN, Alan. *Analytical philosophy of history*, by Arthur C. Danto. **History and Theory**, Middletown, v. 6, n. 3, p. 430-435, 1967.

DRAY, William H. **Laws and explanation in history**. London: Oxford University Press, 1957.

DRAY, William H. (Ed.). **Philosophical analysis and history**. New York: Harper & Row, 1966. (Sources in Contemporary Philosophy).

DRAY, William H. On the nature and role of narrative in historiography. **History and Theory**, Middletown, v. 10, n. 2, p. 153-171, 1971.

FETZER, James. "Carl Hempel". In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford encyclopedia of philosophy**. Palo Alto: Stanford University Press, 2012. [s.p].

GALE, Richard M. *Analytical philosophy of history*, by Arthur C. Danto. **Foundations of Language**, [s.l], v. 4, n. 2, p. 188-191, 1968.

GALLIE, Walter Bryce. An interpretation of causal laws. **Mind**, Oxford, v. 48, n. 192, p. 409-426, 1939.

GALLIE, Walter Bryce. The limitations of analytical philosophy. **Analysis**, Oxford, v. 9, n. 3, p. 35-43, 1949.

GALLIE, Walter Bryce. What makes a subject scientific? **The British Journal for the Philosophy of Science**, Oxford, v. 8, n. 30, p. 118-139, 1957.

GALLIE, Walter Bryce. The historical understanding. **History and Theory**, Middletown, v. 3, n. 2, p. 149-202, 1963.

GALLIE, Walter Bryce. **Philosophy and the historical understanding**. New York: Schocken Books, 1964.

HEMPEL, Carl Gustav. The function of general laws in history. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 39, n. 2, p. 35-48, 1942.

HEMPEL, Carl Gustav. Explanation in science and in history. In: DRAY, William H. (Ed.). **Philosophical analysis and history**. New York: Harper & Row, 1966. p. 95-126. (Sources in Contemporary Philosophy).

LEACH, James. Dray on rational explanation. **Philosophy of Science**, Seattle, v. 33, n. 1/2, p. 61-69, 1966.

LÉVI-STRAUSS, Claude. História e etnologia. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. 6. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

LIMA, Luiz Costa. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

LITTLE, Daniel, "Philosophy of History". In: ZALTA, Edward N. (Ed.). **The Stanford encyclopedia of philosophy**. Palo Alto: Stanford University Press, 2012. [s.p].

MALERBA, Jurandir (Org.). **História e narrativa: a ciência e a arte da escrita histórica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MINK, Louis O. The autonomy of historical understanding. **History and Theory**, Middletown, v. 5, n. 1, p. 24-47, 1966.

MINK, Louis O. Change and causality in the history of ideas. **Eighteenth-Century Studies**, [s.l], v. 2, n. 1, p. 7-25, 1968a. Special issue.

MINK, Louis O. Philosophical analysis and historical understanding. **The Review of Metaphysics**, Washington, v. 21, n. 4, p. 667-698, 1968b.

MINK, Louis O. History and fiction as modes of comprehension. **New Literary History**, Baltimore, v. 1, n. 3, p. 541-558, 1970.

TELLES, Marcus Vinícius de Moura. **Simultaneidade e retrospectão: o debate sobre a narrativa na filosofia da história anglo-saxônica (1942-1973)**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

WEINGARTNER, Rudolph H. Danto on history. **Philosophy and Phenomenological Research**, Medford, v. 28, n. 1, p. 100-113, 1967.

WHITE, Hayden. The burden of history. **History and Theory**, Middletown, v. 5, n. 2, p. 111-134, 1966.

WHITE, Hayden. Interpretation in history. **New Literary History**, Baltimore, v. 4, n. 2, p. 281-314, 1973.

WHITE, Hayden. **Metahistory: the historical imagination in nineteenth-century Europe**. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1975.

WHITE, Hayden. The value of narrativity in the representation of reality. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 7, n. 1, p. 5-27, 1980.

WHITE, Hayden. The narrativization of real events. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 7, n. 4, p. 793-798, 1981.

WHITE, Hayden. The question of narrative in contemporary historical theory. **History and Theory**, Middletown, v. 23, n. 1, p. 1-33, 1984.

WHITE, Hayden. Historical pluralism. **Critical Inquiry**, Chicago, v. 12, n. 3, p. 480-493, 1986.

WHITE, Morton Gabriel. A note on the method of history. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 40, n. 12, p. 317-319, 1943a.

WHITE, Morton Gabriel. Historical explanation. **Mind**, Oxford, v. 52, n. 207, p. 212-229, 1943b.

WHITE, Morton Gabriel. The attack on the historical method. **The Journal of Philosophy**, New York, v. 42, n. 12, p. 314-331, 1945.

WHITE, Morton Gabriel. **Foundations of historical knowledge**. New York: Harper & Row, 1965.

Recebido em 06/02/2018
Aprovado em 12/06/2018

Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC
Programa de Pós-Graduação em História - PPGH
Revista Tempo e Argumento
Volume 10 - Número 24 - Ano 2018
tempoeargumento@gmail.com